

# CONIMBRIGA



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA



VOLUME XLIII - 2004

FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

SANTOS (António Ramos dos) *et alii*, *Mundo Antigo – Economia Rural*. Edições Colibri, Lisboa, Junho de 2003. 152 p. ISBN: 972-772-383-7.

Assina a apresentação José Augusto Martins Ramos, catedrático de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, faculdade em que são docentes os quatro autores do volume. Procura esclarecer que, apesar da diversidade dos espaços e dos tempos contemplados, existe um fio condutor: imagens de um mundo rural «com a cidade ao fundo»; textos resultantes da investigação específica de cada um dos professores, apresentados em jeito «de conversa partilhada» para estudantes e investigadores, ou seja, «manual de estudo e instrumento de investigação».

E é por se falar em partilha que ousou tecer algumas considerações sobre o conteúdo do volume, em boa hora publicado com o sempre solícito apoio de Fernando Mão de Ferro, responsável pelas Edições Colibri, que tão bons serviços vêm prestando nesta colaboração com a Universidade e com as autarquias.

Assina o doutor António Ramos dos Santos o 1.º capítulo, «A organização do mundo rural na Babilónia Aqueménida» (p. 11-47): o campo babilónico, os tipos de propriedade, o sistema jurídico, as obrigações fiscais, os trabalhadores... Saber-se-á pela nossa cultura geral que os Aqueménidas foram imperadores persas da dinastia iniciada por Ciro (557-529 a. C.), conquistador da Babilónia; mas a essa dinastia pertenceu também Dario III, vencido por Alexandre Magno em Arbela (331). Interessaria, portanto, logo num primeiro momento, esclarecer de que Babilónia se está a falar, pois decerto, ao longo de três séculos, muitas terão sido as transformações. Por outro lado, afastados como estamos dessa história multissecular, presos a uma concepção histórica em que (parece) a Europa é (e sempre terá sido, pensa-se...) o centro do Mundo, importaria dar logo uma ideia do que é que, pela mesma altura, se estava a passar no Ocidente.

Constitui este domínio histórico – o das vetustas civilizações do Próximo Oriente – uma área em que ora se estão a dar entre nós passos titubeantes, não havendo ainda uma linha de investigação própria. Ou seja, salvo o erro, a investiga-

ção que se faz não vai, por enquanto, directamente às fontes – como o fazem, em França, Pierre Carlier ou Cécile Michel, aquele especialista em linear B, Cécile em escrita cuneiforme. Portanto, as nossas fontes são necessariamente em segunda mão e traduzidas. Ora, cada vez mais se toma consciência de que ‘traduzir’ implica não apenas conhecer perfeitamente os dois idiomas em presença mas também o tema em análise. E esse é o problema que se sente, ao lermos Ramos dos Santos.

Mesmo partindo do princípio que o seu apontamento se destina a pessoas já minimamente enfronhadas na matéria em apreço, creio – salvo melhor opinião – que bastas vezes se terão de ler mais do que uma vez as suas frases para se compreender exacta ou, pelo menos, aproximadamente, o que se deseja dizer. Com exemplos se entenderá melhor o que pretendo demonstrar, aceitando o desafio da «conversa partilhada» atrás enunciado.

### 1.º

«Os *tâmiru* estavam divididos como uma superfície cultivada dependente de um canal ou de uma povoação, ou mesmo de ambos» (p. 11).

Supõe-se que o autor queira explicitar o que eram os *tâmiru*, uma das três «categorias topográficas» (as outras duas eram os canais e as povoações) do ‘campo babilónico’. Mas, sintacticamente analisada, a frase parece não ter sentido.

### 2.º

«O papel da população dependente privada de meios de produção era de grande importância para a vida económica, embora se encontrassem na dependência de indivíduos privados e de instituições e trabalhassem por coerção extra-económica» (p. 31).

Menosprezando o aspecto gramatical de o sujeito (‘população’) estar no singular e o predicado (‘encontrassem’) no plural, direi que se deduz da frase a ideia de que os trabalhadores dependentes detinham importante papel na economia desta Babilónia Aqueménida – como, aliás, ainda hoje acontece em todo o lado. Agora o que necessita de explicação é terem-se acrescentado duas circunstâncias que, à primeira vista, deslustrariam esse papel: a dependência de privados e de instituições («como os templos») e o facto de trabalharem «por coerção extra-económica». Então, se não trabalhavam para sobreviver e para darem rendimento (e isso é o que se entende por ‘economia’), era por motivos religiosos, por puro prazer, por convicção política?...

### 3.º

«O número de escravos do século VII ao século IV é difícil de determinar [...]» (p. 31).

A frase vem na sequência da anterior, para explicitar que esses ‘trabalhadores dependentes’ não eram escravos; mas... será que tem algum sentido tal afirmação? Haverá aí algum investigador, por mais fontes de que disponha, que tenha a veleidade de afirmar a possibilidade de determinar o número de escravos existentes «do século VII ao século IV», ou seja, no espaço – se as contas me não falham – de 400 anos, ainda que numa sociedade bem determinada?

## 4.º

«Diferentemente de outros bens o escravo através da constituição de uma família servil, podia compensar o seu envelhecimento, através das suas crianças» (p. 34).

Compreende-se, à segunda leitura, o que o autor quis afirmar: apesar de ser um objecto – que, como os objectos, envelhece e deixa de ter préstimo – o escravo tem para o senhor uma vantagem: pode constituir família, pode ter filhos, que serão escravos como ele e cuja força braçal o senhor terá todo o direito em utilizar. Alimentou o escravo, facilitou-lhe a vida, mas tem a compensação na multiplicação de escravos. Ideia clara, portanto, mas difícil de entender se a interpretarmos à letra: «compensar o seu envelhecimento através das suas crianças». E aqui está uma prova evidente do que atrás se dizia: quer se tenha usado uma fonte francesa quer inglesa, as palavras *enfants* ou *children* não poderão traduzir-se por «crianças» mas por «filhos», «descendentes».

## 5.º

Deficiências de tradução ou de clarificação de conceitos, susceptíveis de determinar dificuldade de compreensão por parte dos estudantes, podem ainda ver-se nas seguintes frases, escolhidas praticamente ao acaso:

«Um dado criador administrava um arrendamento de gado de 500 bovinos e 20.000 cabeças de miúdo, outro 2050 ovelhas e cabras» (p. 38).

«Bêl-Erech foi enviado para tosquiar as ovelhas do rei, deveria fazê-lo conscienciosamente e fazer chegar a lã para o palácio» (p. 39).

«O trabalho da lã constituía um expediente essencial na criação de ovinos» (p. 40).

«Para concluirmos teremos, necessariamente, que falar dos equipamentos e dos animais que podiam servir esses mesmos equipamentos como os bois nos arados e os animais ligados à pastorícia» (p. 42).

Conclui Ramos dos Santos que, mesmo durante o domínio persa aqueménida, de acordo com os dados disponíveis, a organização do mundo rural babilónico «manteve o essencial da sua tradição», quer no que diz respeito à mão-de-obra (senhores e seus dependentes) quer na divisão da propriedade e sua exploração (p. 41).

Nuno Simões Rodrigues, então em fase de conclusão do seu doutoramento em Estudos Clássicos, aborda de seguida o tema do mundo rural grego com base nas fontes literárias, desde os poemas homéricos a Aristófanes (p. 49-81).

Confessando não ter a veleidade de pretender apresentar novidades ou «investigação original» (p. 50), mas tão-somente o intuito de tentar uma síntese, deixa, naturalmente, de lado a complexa 'questão homérica' (p. 52) – mormente no que concerne à época que os poemas reflectem, embora se incline por achar «que retratam uma situação que antecedeu o período arcaico» (p. 58). Opta, também por isso, por se referir a «Homero» (entre aspas).

Da leitura da *Ilíada* e da *Odisseia*, parece poder deduzir-se, afirma Simões Rodrigues, que o cultivo da terra é «o que mais dignifica o homem homérico», tanto que «Ulisses é rei, mas trabalha a terra» (p. 55).

Os textos de Hesíodo «são datáveis de uma época bem definida», os meados do século VIII a. C., contemporâneos, portanto, da «primeira vaga de colonização» (p. 59); referem-se à situação na Beócia e podem considerar-se um autêntico «manifesto pela justiça», assumindo Hesíodo «a voz de um camponês revoltado com as injustiças de que é alvo» (p. 59), numa altura em que «um mau ano agrícola, uma razia ou um saque seriam uma catástrofe para um pequeno proprietário» (p. 61). Contudo, por outro lado, há, em *Os Trabalhos e os Dias*, «um enunciado de tarefas a cumprir, para que se alcance o sucesso económico», de forma que a sua característica de espécie de «manual didáctico» (p. 63) deve igualmente ser salientada.

À economia agrária no tempo de Sólon se dedicam as p. 64-72. Sólon «tenta solucionar o problema social que afectava a Ática entre os séculos VII e VI a. C.», derivado da «grave crise agrária» existente. Em período de colonização, como solução previsível para muitos desses males, ascendiam política e socialmente alguns agricultores, o que Sólon não podia deixar de ver com «profunda ironia e desgosto» (p. 70), por não corresponder essa ascensão ao que lhe parecia mais coerente.

Analisa-se, nas p. 72-75, os testemunhos de Tucídides, cronologicamente situados nos finais do século V a. C., em plena Guerra do Peloponeso. São parcos, mas suficientes para nos apercebermos da oposição cidade-campo que então se começa a fazer sentir, ainda que se não deva exagerar numa conotação exclusivamente urbana para Atenas e exclusivamente agrária para Esparta. Refira-se, por exemplo, o facto de ter sido «bastante penosa» para os Atenienses a obrigatoriedade de largarem os campos e os rebanhos e refugiarem-se na cidade, «pois a maioria deles estava habituada a viver no campo desde sempre» (p. 74). Um fenómeno que, sabemos-lo bem, amiúde se repetiu ao longo da história...

O *testimonium* de Aristófanes (p. 75-80) não deixa de ser assaz curioso, por se tratar de um comediógrafo e o teatro retrata, em saborosas pinceladas, as dores do dia-a-dia, neste caso da realidade ateniense do último quartel do século V a. C. «O campesinato e a vida agrícola estão no centro do enredo» d'*Os Acarnenses*, por exemplo. Camponeses que desejam o fim da guerra e que, por se terem refugiado dentro de muralhas, lembram, saudosos, a sua ruralidade.

Enfim, Simões Rodrigues, colhendo testemunhos aqui e além, traçou, desta sorte, sugestivo panorama da economia agrária dos Gregos.

Coube à Doutora Tatiana Kuznetsova-Resende apresentar o quadro da economia rural hispânica do século I ao século IV da nossa era. Uma tarefa ingente, se atendermos não só ao leque cronológico apontado como também à disparidade de situações que diversas morfologias necessariamente determinam: a Bética teve evolução e dinâmica bem diferente dumas Astúrias ou duma Galícia, é evidente. A autora soube, pois, torrear a questão e preferiu – depois de fornecer «noções fundamentais sobre a propriedade romana» (p. 86-92), aflorando inclusive a problemática da existência, ou não, do latifúndio – basear-se em publicações actuais, de que se fez eco.

Assim, sintetiza as contribuições dadas pelos participantes na mesa-redonda que teve por tema o latifúndio na Bética, publicadas no volume VII (1972) das *Mé-*

*langes de la Casa de Velázquez*, que marcam, em seu entender, o início do debate, e reflecte sobre as conclusões a que chegou Jean-Gérard Gorges, na sua tese de doutoramento acerca das *villae* hispano-romanas (Paris, 1979), que constituiu, na altura, a primeira grande síntese do que se conhecia do assunto.

Tatiana Resende alude às contribuições trazidas por Jorge de Alarcão na década de 90, nomeadamente no concernente à distinção entre *villa* e casal; refere-se às centuriacões de Vega de Carmona, às duas em torno de Elche, à de Mérida e à de Beja (esta com base nas propostas de Vasco Mantas); e, embora reconheça não existirem «ainda trabalhos consagrados à evolução da propriedade rural na totalidade da Península Ibérica» (p. 122), foca alguns dados a ter em conta nessa investigação: a possível correlação entre a arquitectura das *villae* e a economia agrária; o interesse que teve, nos finais da década de 70, a prospecção sistemática feita em torno da *villa* de S. Cucufate (Vila de Frades, Vidigueira) – que sugeriu a preferência pela média propriedade em vez de se perfilar no horizonte, em demasia, o regime do latifúndio (que muito se acentuara, por exemplo, para o Alentejo romano); a necessidade de o discurso teórico se basear nos dados obtidos através de escavações; a importância da produção vinícola...

Uma síntese que serve os objectivos preconizados por Martins Ramos na apresentação do volume.

Assina Amílcar Guerra, arqueólogo e epigrafista, o último contributo da série, debruçando-se sobre o mundo rural do território olisiponense, dando também uma perspectiva acerca da população aí residente em tempo romano.

Compreende-se a escolha: trata-se de uma zona sobre que, ultimamente, diversos estudos se desenvolveram, sendo – e perdoe-se-me a imodéstia – o da *villa* romana de Freiria (S. Domingos de Rana, Cascais), sem dúvida, o mais significativo, dado termos dedicado primordial atenção à *pars fructuaria*, com a sorte de havermos detectado amplo celeiro, um lagar de azeite facilmente reconstituível e um outro que teve sucessivas (ou simultâneas) utilizações durante a sua larga existência (do século I ao IV da nossa era). Por outro lado, os estudos epigráficos levados a efeito por Vasco Mantas (em relação a Torres Vedras), por José Cardim Ribeiro (em relação ao território de Sintra) e por mim (em Cascais) possibilitam já cómoda análise dos elementos onomásticos, passíveis de determinarem estatutos sociais e proveniências geográficas.

*Olisipo*, «uma janela sobre o mar» (p. 123-125) e, simultaneamente, «uma porta aberta para o campo» (p. 125-126) explica, nesse âmbito, os riscos que se correm quando alguém quiser, aqui, falar «de uma clivagem entre comerciantes e agricultores». Aliás, Guilherme Cardoso e eu próprio tivemos ensejo de salientar, recentemente, num ensaio a publicar no volume 7.º da revista *Era Arqueologia*, como os dados colhidos na escavação de Freiria apontam exactamente nesse sentido. E concluíamos:

«Sedutora era, não duvidamos, a vida numa cidade cosmopolita como *Olisipo*. Aí se deslocariam com frequência os senhores que habitavam Freiria. E dos hábitos da cidade deixaram testemunho na sua vivência quotidiana, só ao de leve

entrevista pelos arqueólogos, interpretando parques, mas significativos, vestígios que lhes foi dado conhecer. Difícil é tirar conclusões peremptórias; mas são por de mais evidentes, aqui, os indícios de que uma dicotomia cidade-campo, a nível das mentalidades, se existiu, nunca foi conscientemente assumida.»

Amílcar Guerra trata, ainda, dos aglomerados rurais (a localização de alguns *vici* e de *Chretina...*), da 'arqueologia da paisagem rural' (em que dá particular realce aos resultados obtidos em Freiria), para terminar na abordagem da 'paisagem humana', com base nos antropónimos registados nas epígrafes, onde realça uma conclusão a que a investigação já chegara: o «contraste significativo entre a identificação das pessoas do espaço rural e da cidade» (p. 141), fenómeno que tem – como também já se acentuou – uma correlação clara com as manifestações religiosas documentadas, uma vez que há um «considerável repertório teonímico indígena que ocorre exclusivamente no espaço rural» (p. 143).

Designadamente a partir do momento em que se encontrou em Cascais um altar à divindade *Triborunnis* (*Ficheiro Epigráfico* 14 1985 n.º 59), sem dúvida uma variante ortográfica do teónimo *Trebaruna* / *Trebaronna*, até então documentado somente no aro da *civitas Igaeditanorum*, houve a percepção de que poderíamos estabelecer uma ligação entre a população desta “península ocidental olisiponense” e as populações dessa área – ou, mais genericamente, do vale do Tejo, como escrevera Lambrino: «Un témoin, en pleine époque romaine, de la pénétration celtique le long de la vallée du Tage» (*Bulletin des Études Portugaises* XVI 1952 173). Amílcar Guerra não só apoia essa tese como, inclusive, lhe acrescenta um dado complementar: a ausência de qualquer indicação de *origo* milita a favor da existência de «substanciais afinidades entre o substrato do *ager Olisiponensis* já durante o período de conquista ou no início do processo de romanização entre este território e uma zona mais interior, mas situada igualmente na bacia do Tejo».

Resta, pois, augurar que as investigações arqueológicas, a par com os dados epigráficos conhecidos, se intensifiquem noutras zonas do território peninsular, a fim de que, dentro em breve, seja possível traçar um panorama semelhante – ou ainda melhor – do que aquele hoje gizado para a península de *Olisipo*.

O recurso às mais diversas fontes (directas e indirectas) de que são testemunho os quatro estudos que integram este volume – desde tempos dos Aqueménidas até quase aos nossos dias (Alto Império romano) – é penhor de que novas perspectivas de análise desde já se estão a abrir. Motivo de regozijo, portanto.

*José d'Encarnação*